

PROJETO DE LEI Nº 4.199, DE 2020

Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar e altera a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 12 do Projeto de Lei Projeto a seguinte redação:

“Art. 12. Aos contratos de trabalho dos tripulantes brasileiros e estrangeiros que operem em caráter de permanência em embarcação estrangeira afretada na forma prevista nesta Lei será aplicada a legislação brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

A dicção do art. 12 do Projeto de Lei submete os tripulantes brasileiros e estrangeiros que operem em embarcação estrangeira afretada às normas trabalhistas do país que empresta a bandeira ao navio. A presente emenda suprime tal possibilidade.

Em relação aos trabalhadores brasileiros, não há sequer elementos nessa relação contratual capazes de exercer a atração de normas de caráter internacional. De fato, são trabalhadores brasileiros, contratados no Brasil, por empresa brasileira, para prestar serviço integralmente em território nacional.

Em relação aos trabalhadores estrangeiros que prestam serviços de forma permanente no País, não há razão jurídica que justifique sua exclusão da legislação a todos imposta pela soberania brasileira. A aplicação da lei brasileira decorre também do princípio da lei do local de execução do contrato (*lex loci executionis*), que preconiza ser aplicável a lei do lugar da prestação do trabalho. Esse é o critério adotado pelo artigo 198 do Código de Bustamante, ratificado no Brasil pelo Decreto nº 18.671, de 13 de agosto de 1929, segundo o qual "[...] é territorial a legislação sobre acidentes do trabalho e proteção social do trabalhador".

Visando também a eliminar dúvidas em relação à possibilidade de aplicação de leis estrangeiras no âmbito do BR Mar, tanto em relação a brasileiros quanto a trabalhadores estrangeiros que laborem em caráter permanente, propomos nova redação ao artigo, dispondo expressamente sobre a aplicação da legislação brasileira aos trabalhadores nacionais. Com isso, pretendemos não só afastar a aberração proposta pela redação original do artigo como também afastar quaisquer dúvidas sobre o tema, de modo a evitar o extenuante percurso causado pela judicialização, comum em sede de aplicação do direito estrangeiro. É importante deixar bem delimitado na lei qual será o marco legal do setor em relação aos contratos de trabalho.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputada TABATA AMARAL

2020-11050





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Do Sr. Tabata Amaral)**

Institui o Programa de Estímulo
ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar
e altera a Lei nº 5.474, de 18 de julho de
1968, a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de
1997, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de
2001, e a Lei nº 10.893, de 13 de julho de
2004.

Assinaram eletronicamente o documento CD201214269900, nesta ordem:

- 1 Dep. Tabata Amaral (PDT/SP)
- 2 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB *-(p_7693)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.